



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Relatório de Visita Institucional Conselho Superior da Magistratura Judicial - Angola



Relatório de Visita Institucional
Conselho Superior da Magistratura Judicial - Angola
31 de março a 3 de abril de 2025
Local: Luanda (Angola)
Representação da ENFAM:

- Leonardo Peter, Secretário Executivo
- Desembargador Sílvio Baptista Filho, do Tribunal de Justiça de Pernambuco¹

31/03/2025 – Sede do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ)

Audiência com o Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial e do Tribunal Supremo, Conselheiro Joel Leonardo, para avançar nos projetos relacionados à execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2024.

Participaram da audiência:

- Dr. António Santana, *Vogal do CSMJ e Juiz Presidente do Tribunal de Comarca de Benguela*
- Dr. Victor Manuel Assuilo, *Secretário Executivo do CSMJ*
- Dr. Artur Manjata, *assessor do CSMJ*

Temas debatidos:

- importância da parceria já estabelecida na formação de magistrados;
- resultados já alcançados (três juízes angolanos mestres pela ENFAM);
- necessidade de modernização dos serviços judiciais em Angola;
- fortalecimento da magistratura e do Poder Judiciário por via de colaboração dupla;
- apresentação de propostas para formação continuada dos magistrados a ser realizada pelo CSMJ;
- realização de possíveis atividades conjuntas para aprimoramento da formação inicial, contínua e técnica de magistrados de ambos os países.

¹ Por meio da Portaria ENFAM n. 14 de 14/07/2021, o Desembargador Sílvio Neves Batista Filho foi designado Coordenador de Grupo de Trabalho para a Cooperação Enfam/Unesco com o objeto de efetuar treinamento de magistrados e teve atuação destacada para formalização do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2024, atuando como ponto focal do CSJM no Brasil para o desenvolvimento e efetivação da parceria institucional.



Na sequência, a delegação fez uma visita de cortesia ao Tribunal Supremo, com o objetivo de conhecer o funcionamento da instituição e estreitar laços de cooperação, acompanhada pelo Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, Dr. João Fuantoni, pelo Secretário-Geral do Tribunal Supremo, pelo Secretário Executivo do CSMJ, pelo Juiz Desembargador Presidente do Tribunal da Relação do Uíge, pelo Diretor do Gabinete do Presidente do Tribunal Supremo, pelo Diretor do Gabinete do Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, assim como pelo diretor do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Tribunal Supremo.



1º/04/2025 (Manhã) – Visita à sede do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ)

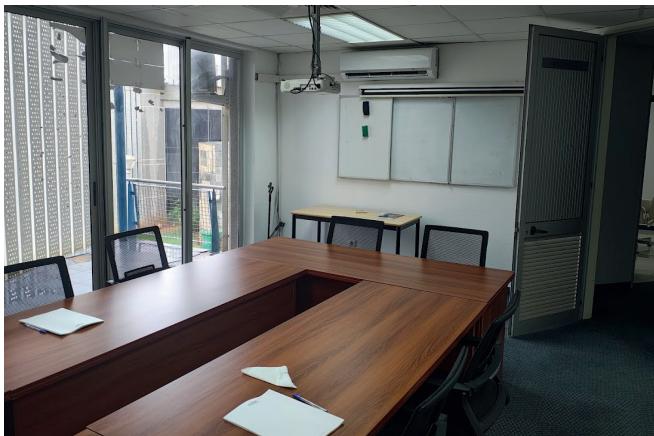
Visita às instalações do INEJ, onde a delegação foi recebida pelo Diretor Adjunto para Magistratura Judicial, Dr. João Paulo de Moraes (egresso do mestrado da ENFAM) e pelo Diretor Adjunto para Magistratura do Ministério Público. Dr. Antonio José Sebastião.

Em um primeiro momento, os diretores, junto com a equipe técnica do INEJ, fizeram uma rápida exposição sobre o acesso à carreira no Poder Judiciário e no Ministério Público de Angola, detalhando as diversas etapas do processo seletivo.

Registre-se que o INEJ é vinculado ao Ministério da Justiça e responsável não apenas pelo concurso público, que tal qual no modelo brasileiro é composto de várias fases, mas também pela formação inicial dos magistrados, que em Angola é etapa eliminatória do processo seletivo. Apenas após a conclusão da formação inicial é que os magistrados são encaminhados ao CSMJ para posse e efetivo exercício.

Após a apresentação, aconteceu uma visita guiada às instalações do INEJ, com foco especial na estrutura de salas de aula, auditórios e biblioteca.



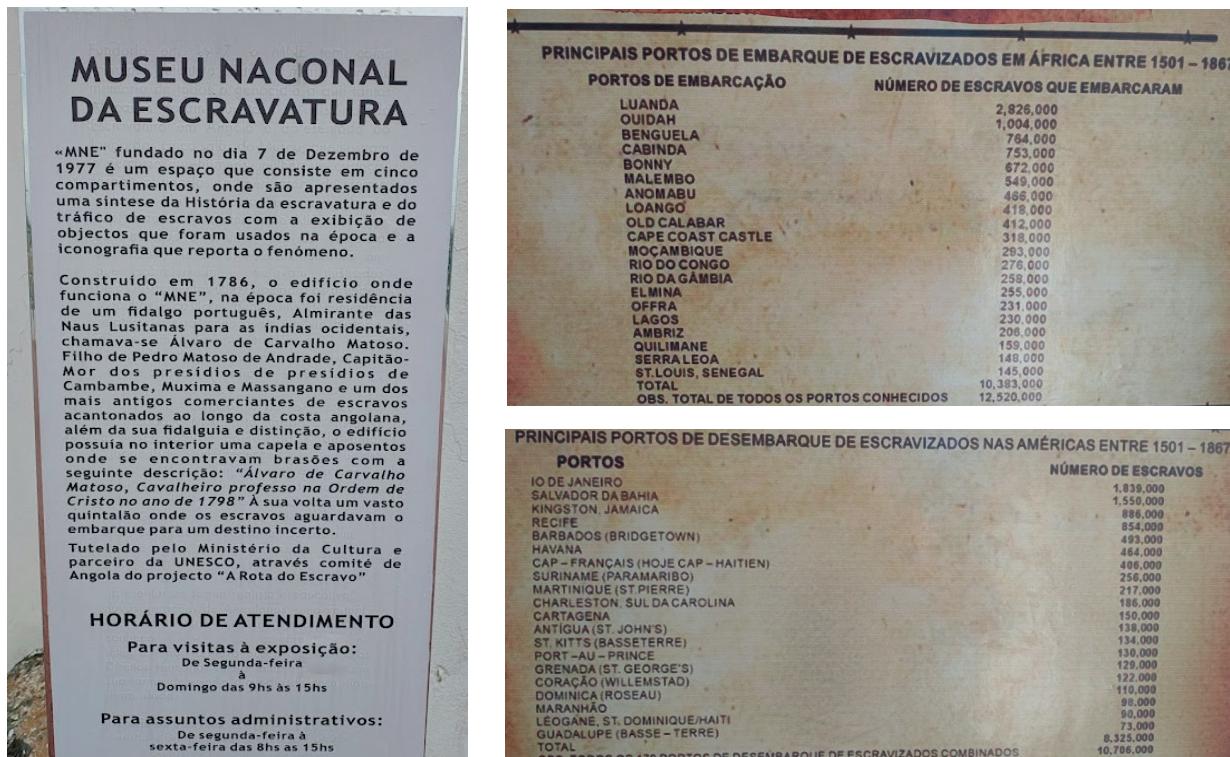


1º/04/2025 (Tarde) – Visita cultural ao Museu Nacional da Escravatura

No período da tarde, acompanhados pelo Dr. Victor Manuel Assuilo, Secretário-Executivo do CSMJ, a delegação da ENFAM visitou o Museu Nacional da Escravatura.

O museu, criado em 1977, tem como objetivo apresentar a história e manter viva a memória sobre a escravidão na África e, de modo especial, em Angola.

Instalado na antiga propriedade do capitão de Granadeiros D. Álvaro de Carvalho Matoso, um dos maiores comerciantes de escravos da costa africana na primeira metade do século XVIII, o museu tem sua sede na Capela da Casa Grande, onde os escravos eram batizados antes de embarcarem nos navios negreiros que os levavam ao continente americano.





02/04/2025 (Manhã) – 4ª Sessão Ordinária do Plenário do CSMJ

O Presidente do CSMJ, na abertura da sessão, enfatizou a importância de capacitar os Juízes com conhecimentos sólidos e atualizados sobre a organização dos Tribunais, o relacionamento com os cidadãos, com a imprensa, bem como com os intervenientes processuais, e a utilização das novas tecnologias, como a inteligência artificial.

Na sequência, o Desembargador Sílvio Baptista Filho – que teve destacada participação nas tratativas entre a ENFAM e o CSMJ que resultaram no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2024 – apresentou aos membros do Conselho aspectos históricos relacionados à formação de magistrados no Brasil, que culminaram com a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Em seguida, o Secretário Executivo da ENFAM fez uma breve exposição sobre a estrutura e atribuições da Escola, apresentando como hoje estão estruturadas e regulamentadas a formação inicial, a formação de formadores e a formação continuada, com destaque para as especializações lato sensu e para o curso de Mestrado.

Em ambas as apresentações foi ressaltado que a capacitação dos juízes deve levar em conta não apenas a competência técnica, mas também a sensibilidade humana necessária para lidar com comportamentos e questões complexas de forma equilibrada e ética.

Após as manifestações da delegação brasileira, o Conselho aprovou uma proposta relatada pelo Conselheiro Correia Bartolomeu no sentido de formar um Grupo de Trabalho para estudar a criação de um Centro de Aperfeiçoamento da Magistratura Judicial, com o apoio da ENFAM, dando continuidade e efetividade ao Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2024.



02/04/2025 (Tarde) – Reunião do grupo de trabalho

No período vespertino aconteceu a primeira reunião do Grupo de Trabalho, com a participação dos representantes da ENFAM como convidados:

- Dr. José Cerqueira Lopes, Desembargador e Vocal do CSMJ
- Dr. Manuel Assuilo, Secretário Executivo do CSMJ
- Dr. Artur Manjata, assessor do CSMJ
- João Paulo Morais, Diretor Adjunto para Magistratura Judicial do INEJ
- Dra. Érica Peixoto, Diretora de Recursos Humanos do CSMJ.



Temas debatidos:

- modelos de estrutura organizacional de um Centro de Formação Judicial, para magistrados e funcionários do Poder Judicial de Angola;
- possibilidade de participação de magistrados angolanos em uma Formação de Formadores (N1M1, N1M2 e N1M3) da ENFAM, para preparação de juízes locais para atuação em futuras formações continuadas.

02/04/2025 (Tarde) – Visita institucional à Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto

Acompanhados do Secretário Executivo do CSMJ, os representantes da ENFAM visitaram, ao final da tarde, a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, instituição pública de ensino superior fundada em 1976, referência no ensino superior angolano.

Na oportunidade, foram recebidos pelo Doutor Graciano Kalukango, Vice-Decano para os Assuntos Científicos, pelo Doutor Alcides Domingos, Vice-Decano para Assuntos Acadêmicos, e pelo Juiz Conselheiro do CSMJ, Correia Bartolomeu, todos professores da Faculdade de Direito.

A visita foi uma oportunidade para, além de conhecer as instalações e estrutura física da Faculdade de Direito, estabelecer os primeiros contatos na busca de uma cooperação acadêmica entre as duas instituições de ensino e pesquisa, em especial no que diz respeito a parcerias futuras para publicações e eventos conjuntos.



03/04/2025 (Manhã) – Visita à sede da Assembleia Nacional

Pela manhã, os representantes da ENFAM, acompanhados pelo Conselheiro Vogal do CSMJ, Dr. Sequeira Lopes, e pelo Secretário Executivo do CSMJ, Dr. Manuel Victor Assuilo, realizaram uma visita institucional à sede da Assembleia Nacional de Angola.

A visita teve início com a exibição do vídeo institucional da Assembleia Nacional, com uma visão geral sobre a estrutura e o funcionamento da Casa das Leis angolana. Em seguida, foram visitadas a galeria — um espaço que retrata a evolução histórica do Parlamento —; a biblioteca — reconhecida como um centro de conhecimento e pesquisa —, e a imponente Sala do Plenário, cuja arquitetura singular e o uso de tecnologias avançadas despertou grande admiração.





03/04/2025 (Tarde) – Visita institucional ao Tribunal de Relação de Luanda

Na sequência, toda a delegação dirigiu-se ao Tribunal da Relação de Luanda, tribunal de segunda instância, onde foram recebidos no gabinete do Presidente, Dr. Vidal Romeu, que fez uma breve apresentação sobre a estrutura, órgãos e funcionamento da Corte.

Além do Plenário, o Tribunal da Relação de Luanda subdivide-se em outros cinco órgãos colegiados: Câmara Criminal, Câmara Cível, Câmara do Contencioso Administrativo, Fiscal e Aduaneiro, Câmara do Trabalho e Câmara de Família e Justiça Juvenil.



03/04/2025 (Tarde) – Visita institucional ao Tribunal da Comarca de Viana

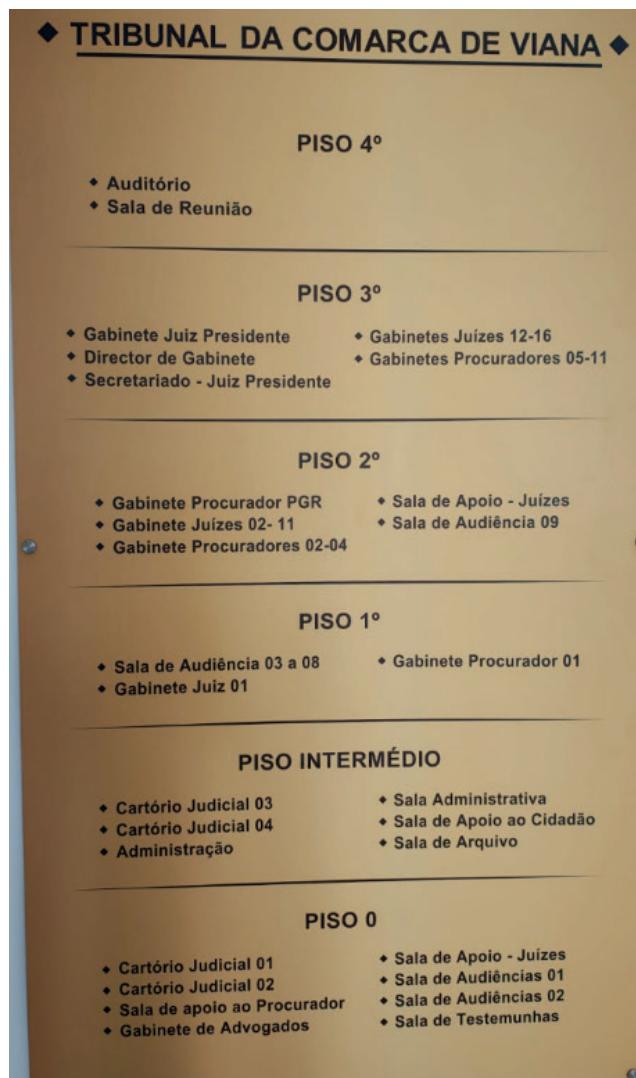
Por último, encerrando as atividades institucionais em Luanda, os representantes da ENFAM tiveram a oportunidade de conhecer uma unidade judicial de primeira instância (equivalente a um fórum no modelo de justiça brasileiro): o Tribunal da Comarca de Viana.

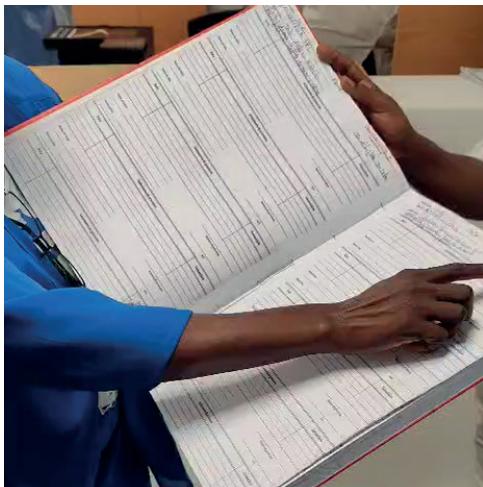
No prédio, inaugurado em março de 2024, estão instalados os magistrados com competência criminal, contando com 18 gabinetes, dez salas de audiência e três cartórios

judiciais – que atuam em modelo semelhante às secretarias unificadas existentes em alguns fóruns brasileiros.

Relevante destacar a importância da visita às unidades judiciais de primeira e segunda instância para melhor compreensão da estrutura e da organização judiciária em Angola, inclusive facilitando a comparação no que diz respeito à nomenclatura utilizada e seus equivalentes no modelo brasileiro.

Outro ponto que merece destaque é a baixa informatização da área-fim do sistema judicial angolano. Todos os processos ainda tramitam em meio físico e, mesmo o andamento e tramitação dos autos ainda são realizados, em sua maioria, por meio de livros físicos nas câmaras (secretarias) dos tribunais, assim como a distribuição ainda é realizada de modo analógico, por sorteio com uma espécie de globo de bingo.





Encaminhamentos gerais

- criação de um grupo com representantes do CSMJ e da ENFAM para troca de documentos que podem servir de base para criação dos normativos iniciais do Centro de Formação Judicial;
- analisar a viabilidade de realização de um ciclo de Formação de Formadores (FOFO N1M1, N1M2 e N1M3) em Angola, ainda em junho, agosto e outubro deste ano.

